

FHC quer evitar a especulação

Cautela ao comentar o impacto dos atentados sobre a economia

André Barreiros, Camila Matias
e Rose Ane Silveira
de Brasília



O presidente Fernando Henrique Cardoso pediu ontem aos líderes partidários que tenham cautela ao se manifestarem sobre eventuais impactos na economia que podem ser provocados pelos ataques terroristas nos Estados Unidos. Para ele, comentários imprudentes induziriam à especulação e prejudicariam o País. "Eu pediria que os líderes considerassem isso nas próximas semanas, para que a situação financeira seja administrada de maneira mais tranqüila", afirmou.

As ponderações do presidente foram feitas em reunião, de quase duas horas, no Palácio do Planalto, com os presidentes da Câmara e do Senado, líderes do governo e dos partidos no Congresso, o vice-presidente Marco Maciel, e os ministros José Gregori (Justiça), Celso Lafer (Relações Exteriores), Aloysio Nunes Ferreira (Secretaria Geral) e Pedro Parente (Casa Civil).

No encontro, o presidente afirmou acreditar que, além de prejuízo para o País, é prematuro ficar imaginando quais serão as consequências, se nem os EUA decidiram o que vão fazer. Apesar disso, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o presidente quer que a conjuntura econômica internacional seja acompanhada com atenção especial pelos ministros da área econômica. Lafer disse que as discussões comerciais passam agora para segundo plano. Com os atentados, explicou, o tema principal da diplomacia internacional será a segurança. Para ele, essa mudança já poderá ser sentida no encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), no Catar, que deve acontecer em novembro.

A questão econômica foi abordada no encontro do Planalto, mas o assunto que dominou a reunião foi a posição do País em relação ao atentado em si e a possíveis retaliações por parte do governo norte-americano. Quanto aos atentados da última terça ocorridos em Nova York e Washington, houve consenso. O Brasil repudia o terrorismo e condena os ataques. A posição do governo sobre o futuro, no entanto, gerou polêmica.

Fernando Henrique pretende considerar inimigo do Brasil o país que, porventura, tenha articulado os ata-

ques. O líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA), entende que essa postura abre espaço para que o Brasil apóie desde já uma represália militar dos EUA. "Nós condenamos o terrorismo, mas não aceitamos no olho por olho. Há um sentimento de vingança entre os norte-americanos que o

Brasil não deve apoiar", disse.

O presidente classificou como "tendência reacionária" a que prega o fim do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, no dia que o Fundo estiver atado, as crises virão uma sobre a outra e os países mais ricos ficarão mais fortes. Ele afirmou que essa tendência, provavelmente a que culminou no terrorismo, quer restringir o papel das instituições multilaterais, ou seja o FMI, o Banco Mundial (Bird) e as Nações Unidas (ONU). E isso, diz FHC, é ser contrário aos interesses dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

De acordo com o líder do PSB na Câmara, deputado Eduardo Campos (PE), o presidente mostrou-se disposto a defender, na Organização das Nações Unidas (ONU), que o episódio seja resolvido com equilíbrio e serenidade. O parlamentar disse que o presidente quer que essa posição seja hegemônica na América Latina ou, no

mínimo, no Mercosul. Segundo ele, Fernando Henrique já teria até conversado com o presidente da Argentina, Fernando De la Rúa, a respeito. "Somos radicalmente contrários a atos que levem à insensatez, partam de onde partirem", afirmou o presidente. "Nós não podemos perder a matriz de tolerância que temos."

Apesar dessa apologia ao pacifismo e de ter consultado líderes políticos ontem, uma decisão sobre apoiar ou não uma ação bélica dos Estados Unidos caberá exclusivamente ao Executivo, conforme lembrou o ministro Celso Lafer. "Essa é uma prerrogativa constitucional", afirmou o embaixador.

Fernando Henrique aproveitou a oportunidade — ontem foi a primeira vez, em seus quase sete anos de governo, que ele participou de reunião semelhante — para pedir ao Congresso pressa na apreciação de projetos relacionados à defesa nacional e terrorismo. Segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), o presidente não mencionou nenhum projeto em particular. As prioridades dos congressistas vão ser acertadas entre os próprios líderes, durante reunião que deve acontecer nos próximos dias. Jucá afirmou que vai ser criada uma comissão mista de deputados e senadores para analisar a situação de todos os projetos relacionados à defesa nacional.